

Relatório da Administração - 2º Semestre de 2014

Adotando a prática já consolidada nas Empresas Randon, no final de 2010 elaborou seu Planejamento Estratégico para o período de 2011 a 2014, sendo este revisado em Outubro de 2013 agregando cenários e projeções até 2018. A base deste trabalho foi o Plano de Negócios elaborado e entregue ao Banco Central em Fevereiro de 2008. Nesta etapa foi revisado todo o Plano de Negócios original com o objetivo de manter o Banco alinhado à realidade de mercado. Neste trabalho foram refeitas as projeções de resultados e readequado

o portfólio de produtos do Banco às realidades do mercado. Dentro do trabalho de Planejamento Estratégico foi revisado o Mapa Estratégico sendo mantida a prioridade para o atendimento dos três (3) Objetivos Estratégicos abaixo listados, fundamentais para consolidação do negócio, que são:

- Criar e consolidar uma base de clientes;
- Desenvolver e manter o relacionamento com clientes;
- Promover a imagem do Banco.

O Banco Randon continuará dando foco no financiamento a cadeia de negócios das Empresas Randon, especialmente a seus clientes através da oferta de linhas financiamentos nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Floor Plan e Capital de Giro, e fornecedores no Desconto de Recebíveis. Consolidadas as operações do Banco, poderão ser analisadas novas oportunidades. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Circulante		284.417	216.710	Circulante		111.512	78.442
Disponibilidades		7	61	Depósitos	9	1.423	59
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	20.314	40.134	Depósitos a prazo		1.423	59
Aplicações no mercado aberto		20.314	—	Obrigações por empréstimo		102.064	74.886
Aplicações em depósitos interfinanceiros		—	40.134	Obrigações por empréstimos e repasses	10	102.064	74.886
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	22.142	6.958	Outras obrigações		8.025	3.497
Carteira própria		22.142	6.958	Cobrança e arrecad. de tribut. e assemelhados		131	91
Relações Interfinanceiras		29	791	Sociais e estatutárias		1.818	621
Créditos vinculados		29	12	Fiscais e previdenciárias	11	4.399	1.800
Relações com correspondentes		—	779	Outras obrigações - diversas	12	1.677	985
Operações de crédito		240.947	167.956	Exigível a longo prazo		309.837	237.544
Setor privado	6a)	243.765	169.013	Depósitos	9	30.412	10.257
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvidosa	6b)	(2.818)	(1.057)	Depósitos a prazo		30.412	10.257
Outros créditos		975	461	Obrigações por empréstimo		212.719	167.087
Outros créditos diversos	7	975	461	Empréstimos no país - instituições oficiais	10	212.719	167.087
Outros valores e bens		3	349	Outras obrigações		66.706	60.200
Despesas antecipadas		3	4	Outras obrigações - Diversas	12	66.706	60.200
Bens não de uso próprio		—	345	Resultado de exercícios futuros		781	455
Realizável a longo prazo		218.381	175.632	Resultado de exercícios futuros	14	781	455
Operações de crédito		216.583	174.706	Patrimônio líquido		81.174	76.403
Setor privado	6a)	219.273	175.805	Capital		—	—
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvidosa	6b)	(2.690)	(1.099)	De domiciliados no país	15	75.000	75.000
Outros créditos		1.798	926	Reservas de lucros		6.171	1.403
Outros créditos diversos	7	1.798	926	Ajustes de avaliação patrimonial		3	—
Permanente		506	502	Total do passivo e patrimônio líquido		503.304	392.844
Imobilizado de uso	8	390	330				
Imobilizado de uso		666	651				
Depreciações acumuladas		(276)	(321)				
Intangível		116	172				
Intangível		283	283				
Amortizações acumuladas		(167)	(111)				
Total do ativo		503.304	392.844				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de janeiro de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis:

a. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito: Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00. As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculado pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução n.º 2.682/99 do CMN. **g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro-rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. **i. Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **j. Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos

os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. **k. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **l. Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidas das despesas financeiras a decorrer. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **n. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro-rata* dia) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária. **o. Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **p. Resultado de exercícios futuros:** Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. **q. Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **r. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente. **s. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 - Benefício a Empregados. Os custos de patrocínio de plano de pensão do Banco são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2014	2013
Operações compromissadas		
Letras do tesouro nacional (LTN)	20.314	—
Certificado de depósito interfinanceiro (CDI-Pos)	—	40.134
	20.314	40.134

O valor de mercado dos títulos públicos federais foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5. Títulos e valores mobiliários

Títulos p/ negociação	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses (contábil)	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses (contábil)
Letras financeiras				
do tesouro (LFT)	7.171	14.971	22.142	6.958
	7.171	14.971	22.142	6.958

	2014		2013	
	RS	% sobre total da carteira	RS	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	11.851	2,56	11.341	3,29
Títulos descontados	7.763	1,68	16.984	4,93
Financiamentos (b)	443.424	95,76	316.493	91,78

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

Capital social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Legal	Reserva geral de lucros			
50.000	—	—	—	(2.013)	47.987
25.000	—	—	—	—	25.000
—	—	—	—	3.853	3.853
—	—	—	—	(437)	(437)
—	92	—	—	—	(92)
—	—	1.311	—	—	(1.311)
75.000	92	1.311	—	—	76.403
25.000	92	1.311	—	2.013	28.416
75.000	92	1.311	—	—	76.403
—	—	—	—	6.367	6.367
—	—	—	—	(1.512)	(1.599)
—	—	(87)	—	—	(87)
—	318	—	—	—	(318)
—	—	4.537	—	—	(4.537)
—	—	—	3	—	3
75.000	410	5.761	3	—	81.174
—	318	4.450	3	—	4.771
75.000	269	1.224	—	3.369	79.862
—	—	—	—	2.821	2.821
—	—	—	—	(1.512)	(1.512)
—	141	—	—	—	(141)
—	—	4.537	—	—	(4.537)
—	—	—	3	—	3
75.000	410	5.761	3	—	81.174
—	141	4.537	3	(3.369)	1.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas da intern. financ.				
Operações de crédito	21.211	39.937	21.798	—
Res. de oper. com títulos e valores mobiliários	19.063	35.605	19.980	—
Desp. da intern. financeira				
Oper. de capt. no mercado	(11.073)	(18.934)	(7.169)	—
Oper. de empr. e repasses	(5.188)	(9.732)	(1.118)	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.074)	(5.494)	(4.790)	—
Resultado bruto da intern. financeira				
Outras rec.(desp.) operac.				
Receitas de prest. de serv.	10.138	21.003	14.629	—
Rendas de tarifas bancárias	(5.593)	(10.692)	(8.213)	—
Despesas de pessoal	84	240	67	—
Despesas des. administr.	579	1.312	1.072	—
Outras despesas tributárias	17	(3.228)	(6.447)	(5.643)
Outras receitas operacionais	18	(2.310)	(4.460)	(3.834)
Outras despesas operac.		(671)	(1.328)	(890)
Resultado operacional		70	136	1.032
Resultado não operacional		(117)	(145)	(17)
Result. antes da tributação sobre o lucro IR e contribuição social		4.545	10.311	6.416
Provisão para IR		27	35	7
Provisão para CS		4.572	10.346	6.423
Ativo fiscal diferido		(1.751)	(3.979)	(2.570)
Resultado líquido		(1.528)	(3.206)	(1.351)
Lucro líquido do semestre/ exercício		(992)	(2.059)	(813)
Quantid. de ações do capital social por lote de mil ações		769	1.286	(406)
Lucro líq. por lote de mil ações - RS		2.821	6.367	3.853
As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.				

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

	2014		2013	
	RS	% sobre total da carteira	RS	% sobre total da carteira
Total	463.038	100,00	344.818	100,00
Circulante	243.765	52,64	169.013	49,02
Realiz. a longo prazo	219.273	47,36	175.805	50,98
Total	463.038	100,00	344.818	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro. (b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (Floor Plan).

6. Diversificação da carteira por vencimento

	2014		2013	
	RS	%	RS	%
Vencidos:	6.571	1,41	1.255	0,37
A vencer:				
Até 90 dias	143.960	31,09	96.547	28,00
De 91 até 360 dias	93.234	20,14	71.211	20,65
Acima de 361 dias	219.273	47,36		

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. 11. Fiscais e previdenciárias				
	2014	2013		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.903	1.277		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	1		
Impostos e contribuições a recolher	496	522		
Total	4.399	1.800		

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
12. Outras Obrigações - Diversas				
Circulante				
Prov. para pagamentos a efetuar (a)	774	769		
Credores diversos - País	903	216		
Total circulante	1.677	985		
Realizável a longo prazo				
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (b) (Nota 19)	66.706	60.200		
Total realizável a longo prazo	66.706	60.200		

a) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar. b) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09/07/2019. 13. **Contingências:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco não possuía demandas classificadas pelos assessores jurídicos como de perda provável, consequentemente não foram constituídas provisões para esse fim. Adicionalmente em atendimento ao CP 25 aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, as ações que possuem expectativa de perda possível, totalizam 01 processo no valor de R\$ 112 em 31 de dezembro de 2014. Essa demanda trata-se de recuperação judicial de cliente. 14. **Resultado de exercícios futuros:**

	2014		2013	
	Saldo em 01/01/2013	Const.	Rever.	Saldo em 31/12/2013
Comissão por financiamento	781	455		1.236
Total	781	455		1.236
As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada na modalidade de financiamento de Vendor e Compror (Floor Plan), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon. 15. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2013 e homologada junto ao BACEN em 18 de março de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 25.000, mediante a emissão de 13.736.264 ações ordinárias e 13.736.264 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados na data de 08 de março de 2013 e 50% na data de 30 de abril de 2013. b. Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição. Em 14 de abril de 2014, foram pagos dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, relativos à data-base 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 524, sendo dividendos complementares R\$ 87. Demonstração do cálculo dos dividendos:				

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro líquido do exercício	6.367	3.853		
Prejuízos acumulados	(318)	(92)		
(-) Reserva legal	6.049	1.748		
Base de cálculo dos dividendos	1.512	437		
Dividendos limitados a 25% da base	378	109		
c. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2013 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido deduzido dos prejuízos acumulados dos anos anteriores. d. Reservas estatutárias: As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. 16. Imposto de renda e contribuição social: A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 15% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). Os créditos tributários sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.				

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Base de cálculo IR (IRPJ)	4.572	10.346	6.423	
Result. antes da tribut. s/ o lucro	111	150	227	
Adições temporárias - IRPJ	3.191	5.130	2.092	
Exclusões permanentes - IRPJ	-	-	-	
Exclusões temporárias - IRPJ	(1.258)	(1.909)	(873)	

Conselho de Administração
Alexandre Randon - Presidente
Astor Milton Schmitt - Vice-Presidente; **Erino Tonon** - Conselheiro

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro real antes compensação de prej. fiscais	6.616	13.717	7.869	
Compensação prejuízos fiscais	-	-	(2.235)	
Base de cálculo IRPJ corrente	6.616	13.717	5.634	
Base de cálculo da CS s/ lucro líquido (CSLL)	4.572	10.346	6.423	
Result. antes da tribut. s/ o lucro	118	165	9	
Adições permanentes - CSLL	3.191	5.130	2.092	
Adições temporárias - CSLL	-	-	-	
Exclusões permanentes - CSLL	-	-	-	
Exclusões temporárias - CSLL	(1.258)	(1.909)	(873)	
Base de cálculo antes comp. da base negativa de CSLL	6.623	13.732	7.651	
Compensação de bases negativas	-	-	(2.235)	
Base de cálculo CSLL corrente IRPJ e CSLL	6.623	13.732	5.416	
Impostos de renda - 25%	(1.642)	(3.405)	(1.385)	
Contribuição social - 15%	(994)	(2.060)	(812)	
Incentivos fiscais - PAT	39	82	34	
Incentivos fiscais - Outros	73	116	-	
IRPJ e CSLL provisão corrente	(2.524)	(5.267)	(2.163)	
IRPJ e CSLL provisão diferida	4	2	(1)	
IRPJ e CSLL s/ prej. fiscal e base negativa CSLL	-	-	(894)	
IRPJ e CSLL s/ diferenças tempor.	769	1.286	488	
IRPJ e CSLL diferidos	769	1.286	(406)	
Total IRPJ e CSLL registrado no resultado	(1.751)	(3.979)	(2.570)	

b. Movimentação dos créditos tributários: A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2013		Saldo em 31/12/2013	
	Const.	Rever.	Const.	Reversão
Adições temporárias	613	2.143	(1.639)	1.117
PCLD	254	290	(362)	182
Receitas diferidas	17	123	(67)	73
Particip. dos funcion. no resultado (PLR)	559	-	(559)	-
Prejuízo fiscal	335	-	(335)	-
Base negativa CS	1.778	2.556	(2.962)	1.372
Ativo fiscal diferido (nota 7)	-	-	-	-
Total	1.117	3.647	(2.418)	2.346
PCLD	182	4.715	(4.585)	312
Receitas diferidas	73	187	(260)	-
Particip. dos funcion. no resultado (PLR)	-	60	(60)	-
Conting. Trabalhistas	1.372	8.609	(7.323)	2.658
Ativo fiscal diferido (N. 7)	-	-	-	-
Total	2.658	13.732	(13.732)	2.658

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:
 Ano 2014 - 446
 2015 - 860
 2016 - 292
 2017 - 832
 2018 - 340
 2019 - 334
 Total - 2.658
 O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 11,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 2.016 (R\$ 1.090 em 2013 à taxa de 9,90% a.a.). Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2014 e 2013. 17. **Despesas de pessoal**

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas de honorários	630	1.239	1.127	
Despesas de pessoal - benefícios	326	573	575	
Despesas de pessoal - proventos	1.446	2.962	2.544	
Desp. de pessoal - encarg. sociais	787	1.607	1.363	
Despesas de pessoal - treinamento	39	66	14	
Total	3.228	6.447	5.643	

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas de procés. de dados	714	1.419	1.310	
Despesas de serv. téc. especializ.	536	941	821	
Participação dos Empregados	194	468	308	
Despesas de serv. do sist. financ.	177	332	226	
Outras despesas administrativas	125	228	176	
Despesas de deprec. e amortização	78	156	131	
Despesas de alugueis	97	195	191	
Despesas de comunicação	98	192	202	
Despesas de viagem no país	84	168	196	
Despesas de contrib. filantrópicas	69	110	6	
Despesas de publicações	42	75	49	
Desp. de manut. e conserv. de bens	32	64	108	
Despesas de transporte	13	29	23	
Desp. de água, energia e gás	16	29	26	
Desp. de promoções e RP	20	29	34	
Despesas de material	5	11	16	
Depesas de seguros	5	9	8	
Despesas de PP	3	3	-	
Despesas com serv. de vigil. e seg.	2	2	-	
Total	2.310	4.460	3.834	

18. Outras despesas administrativas

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, inde-

	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
19. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos				
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
	(pass.)	(desp.)	(pass.)	(desp.)
	Exerc.	2º sem.	Exerc.	Exerc.

Randon S.A. Implem. e Particip.				
Dep. a prazo (Passivo)	(25.039)	-	(59)	-
Desp. c/ depósitos a prazo - ligadas	-	(1.319)	(2.437)	(223)
Dívida Subord. (Nota 14)	(66.706)	(3.514)	(6.506)	(60.200)
Outras empresas do Grupo Randon				
Bônus por financiam. (Result. de exerc. fut.) (*)	(781)	-	(455)	-
Receita de bônus por financiamento	-	6.109	11.450	905
Total	(92.526)	1.276	2.507	(60.714)

(*) Refere-se a bônus pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor e Compror (Floor Plan), (Nota 13). As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. **b. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, foi de R\$ 1.129 (R\$ 1.074 em 2013), referente à benefícios de curto prazo. O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. 20. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. 21. **Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013. O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAOPAD). O índice de Basileia do Banco Randon para 31 de dezembro de 2014 é de 30,89%, apurado conforme Circular nº 3.678/13. (20,85%, apurado conforme a Circular nº 3.477/09 em 2013). 22. **Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital:** A área de Riscos do Banco Randon em atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009 e 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de liquidez utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br. **Risco de crédito:** O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis. **Risco de mercado:** Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descaimento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descaimentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. **Risco operacional:** A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional. **Risco de liquidez:** A Resolução nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descaimentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios. **Gerenciamento do capital:** O gerenciamento de Capital conforme Resolução 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respaldando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações. 23. **Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 336 para danos materiais (R\$ 340 em 2013). 24. **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco Randon é um dos patrocinadores do RANONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e presta-

dos pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização. O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas no período montaram R\$190. O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2014 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivadas da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada. O Banco oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição. As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2014	
	2014	2013
Desp. líq. com benef. (reconhecida no custo de vendas)		
Custo do serviço corrente	(5)	1
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(1)	9
Receita de juros sobre ativos do plano	9	1
Juros sobre o suravít irre recuperável	1	(14)
Custo do benefício definido no resultado		
Rendimento real dos ativos do plano	(4)	-
Ativo (passivo) de benefícios		

Obrigação com benefícios definidos
 Valor justo dos ativo do plano
 Ajuste devido
Ativo de benefícios
 No exercício de 2014, o saldo no valor presente de obrigação com benefício definido é o seguinte:
Saldo das obrig. com benefício defin. no final do exercício 2014
 O valor justo dos ativos do plano é o seguinte:
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014
 As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano correspondem a 3,886% e são as seguintes:

	2014	
	2014	2013
Ações no Brasil	17	48
Títulos no Brasil	48	65
Total	65	113

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	2014	
	2014	2013
Taxa nominal de desconto	11,85	-
Rendimento esperado dos ativo do plano	-	-
Taxa nominal de crescimento salarial	7,83	-
Taxa nominal de crescimento de benefícios	5,2	-
Expectativa de vida em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:	-	-
Brasil	-	-
Homens	24,59	-
Mulheres	27,42	-
A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:	-	-

	2015	
	2015	2014
Contribuições Esperada p/Encerramento Dez2015		
Empresa	8	-
Participantes	-	-
Contribuições Esperada p/Encerramento Dez2015		
Empresa	8	-
Participantes	-	-

	2015	
	2015	2014
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pag. de Benef. esperado encerramento anos fiscal 31-Dez-15	8	-
Pag. de Benef. esper. encerram. anos fiscal 31-Dez-16 a 31-Dez-28	34	-
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Brasil	46	-